

Da Sociedade de massas à sociedade civil: a concepção de subjetividade em Gramsci

Giovanni Semeraro(1)

1. A nova política do protagonismo das massas

Gramsci teve uma existência relativamente curta (1891-1937), mas viveu intensamente eventos históricos extraordinários que marcaram os rumos do nosso século: a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa, os levantes operários na Europa, a formação de grandes partidos políticos, a consolidação de regimes totalitários, a depressão econômica de 1929, a afirmação dos Estados Unidos como potência hegemônica mundial.

Nesse período, aparecem já claras as características dominantes das décadas seguintes: a emergência crescente das massas e as dimensões globais e instantâneas que vieram adquirindo as complexas relações humanas. Hoje, favorecidos por um olhar retrospectivo sobre o século que se fecha, percebemos melhor que o mesmo fenômeno tem percorrido todos os continentes estreitando-os em um destino comum. Não apenas as guerras "totais" - as mais catastróficas da história da humanidade -, mas, as revoluções políticas e culturais, por elas geradas, fizeram do 900 um século "breve" e convulso marcado por tensões "extremas" que juntaram inauditos massacres humanos com prodigiosas conquistas científicas e tecnológicas(2)

Na "aldeia global" em que se transformou o nosso mundo, nada acontece, portanto, que não envolva amplas camadas da população. As massas se tornaram a chave do nosso tempo: quer se procure a sua legitimação, instrumentalizando-as passivamente, quer elas, de baixo, manifestem ativamente as suas reivindicações nas mais diversas expressões. Assim, enquanto, por um lado, se multiplicam e sofisticam os instrumentos de manipulação, por outro, a criatividades popular renasce obstinadamente, manifestando cada vez mais a sua vontade de escrever a história com as próprias mãos.

A essas transformações esteve atento, particularmente, Gramsci, envolvido em uma época em que a classe dominante havia perdido o consenso e "as grandes massas haviam se afastado da ideologia tradicional, não acreditando mais no que antes acreditavam. A crise consiste exatamente no fato de que o velho morre e o novo não consegue nascer(3)". Gramsci não era o primeiro a considerar a questão política da emergência das massas no cenário histórico contemporâneo. Hegel havia já observado que uma das maiores contradições dos tempos modernos derivava do crescimento vertiginoso da riqueza que não produzia a prosperidade, mas a pobreza e a "plebe". Em suas reflexões, estava também convencido de que a "moralidade" individual, a beneficência particular ou a assistência pública não iriam superar o mecanismo de multiplicação do surgimento da "plebe", (4)uma vez que se tratava de uma consequência estrutural do moderno sistema produtivo. A solução, para ele, deveria ser encontrada na constituição de um "Estado ético", omnicomprensivo, capaz de ultrapassar os conflitos da sociedade civil e garantir o funcionamento do todo.

Ao fenômeno das massas Nietzsche, enquanto lança uma crítica radical à decadência da civilização ocidental e à sua moral servil, dedica só o desprezo e o chicote. A nova nobreza do "Super-homem", afirmava, deve aprender a odiar a "plebe" e combater a praga dos movimentos socialistas que procuravam reeditar em formas seculares as ilusões igualitárias pregadas pelo Cristianismo para as massas dos fracos e desorientados(5).

No tempo de Gramsci não faltava quem, como Ortega y Gasset, vendo na "rebelião das massas" uma ameaça à ordem social e às tradições ocidentais, estimulasse as elites intelectuais a assumir a "educação" das massas e a dirigi-las politicamente. G. Sorel, por outro lado, pregava a "cisão" dos trabalhadores da sociedade burguesa e, lançando um apelo ao mito unificador da "greve geral", incentivava a ação direta das massas sem recorrer às "ambíguas" mediações políticas.

Assim, quando por toda parte se pensava que a saída para a grave crise histórica iria surgir da afirmação de um Estado forte, dos métodos da "guerra de movimento" ou da integração das massas nas velhas formas políticas, Gramsci, rejeitando as soluções do fascismo e criticando as tendências à centralização do poder,(6) sustentava que uma nova civilização só poderia vir à luz pelo ingresso na história das massas livres e democraticamente organizadas. Diversamente da maioria dos seus contemporâneos, o pensador italiano estava convencido de que somente por meio do desenvolvimento de uma consciência histórica da realidade e de uma ação política destinada a elevar a condição "intelectual e moral" das massas se poderia chegar a uma sociedade realmente "civil", capaz de humanizar-se plenamente e de autogovernar-se. A solução à "crise de autoridade", ou seja, de "hegemonia" ou de "Estado no seu conjunto", deveria ser encontrada no reconhecimento da passagem, já em ato nas práticas das massas, "da passividade política para uma certa atividade e apresentem reivindicações que no seu conjunto não-orgânico constituem uma revolução" (Q. 13, 1603)

A trágica experiência da 1ª Guerra Mundial (1914-1918) havia, de fato, provocado uma ruptura irreparável entre massas populares e ideologias dominantes, minando toda a credibilidade nos métodos tradicionais da política baseada prevalentemente na força e na prepotência. Ora, não se podia mais pensar em administrar o poder unicamente apoiado sobre os sistemas coercitivos. O protagonismo e as aspirações à democracia, crescentemente demonstrados pelos movimentos que despontavam das iniciativas populares, favoreciam a expansão da sociedade civil e revolucionavam totalmente a concepção do Estado (Q. 7, 876).

As complexas e diversificadas manifestações de democracia popular se tornavam, portanto, os novos espaços dentro dos quais se precisava repensar a política e elaborar os novos termos da hegemonia. Por isso, fazia-se necessário alargar a concepção de Estado e de sociedade. Por um lado, de fato, não se podia mais pensar a sociedade civil como sendo uma realidade privada, de caráter exclusivamente econômico, agindo à parte da estrutura pública do Estado. Por outro lado, galvanizar os sentimentos das massas para conduzi-las mecanicamente, como um exército disciplinado, em direção a políticas massificadoras, revelava-se um jogo anacrônico, além de perigoso.

Os tempos apresentavam sinais claros de que amplos setores da sociedade estavam já em condição de administrar a sua liberdade e de chegar a uma sociedade "auto-regulada". Gramsci percebia que os destinos da história e da política seriam decididos cada vez mais pela participação ativa das massas e pela criatividade dos diversos grupos organizados na sociedade civil. Daqui, entende-se por que, juntamente com o desenvolvimento de uma concepção crítica e histórica da realidade, ele insiste muito sobre os elementos que favorecem a formação de uma personalidade própria dos trabalhadores, sobre a liberdade e a capacidade de iniciativa, sobre a função da cultura e o processo de subjetivação das camadas subalternas.

O amadurecimento desses elementos iria levar as classes trabalhadoras a se colocarem como alternativa às teorias economicistas que induziam ao fatalismo e recorriam ao "transformismo" e à "revolução passiva", métodos aperfeiçoados pela "economia programática" americana que produzia o homem-máquina e o "gorila amestrado". Com tais sistemas não se chegava a "uma nova sociedade política e de um novo tipo de sociedade civil" (Q. 4, 460-1)". As relações sociais entre as classes permaneceriam inalteradas e a formação do homem-massa despolitizado impedia o avanço efetivo dos setores populares. Gramsci, ao contrário, percebia, na formação "maciça" das modernas democracias e nas irrefreáveis associações da vida civil,(Q. 13, 1567) um claro convite a socializar a política e a democratizar o poder, subordinando a doutrina da política-potência à concepção da política-hegemonia.(7)

2. Além do economicismo e do estatismo

Consciente das transformações do seu tempo, Gramsci, portanto, quando trata das relações que intercorrem entre sociedade política e sociedade civil, procura evitar equívocos seja de caráter economicista e liberal, seja de caráter organicista e totalitário. Os primeiros, identificando o Estado com o governo, separam o Estado da sociedade civil, considerando-o um setor autônomo, regulado por normas "naturais" de liberdade econômica: "Naturalmente, os liberais ['economicistas'] consideram o Estado 'veuille de nuit' e gostariam que a iniciativa histórica fosse deixada à sociedade civil e às diversas forças que aí despontam, com o 'Estado' guardião da 'lealdade do jogo' e das suas leis" (Q. 26,2302-3). As outras confusões derivam dos sistemas totalitários que visam a identificar Estado e sociedade civil, unificando "ditatorialmente" os elementos da sociedade civil no Estado, na "desesperada busca de controlar toda a vida popular e elemental" (Q. 6, 763). Neste caso, hegemonia e ditadura são unificados, o consenso é obtido com a força e todas as manifestações sociais acabam centralizadas e dominadas pelo Estado.

Essas duas posições, que no tempo de Gramsci eram representadas pelo liberalismo de Croce e pelo fascismo de Gentile, além da aparente alternativa, mantinham laços comuns e se completavam reciprocamente. De fato, a identificação de Estado e governo das teorias liberais remetia a uma concepção de Estado como estrutura puramente jurídico-coercitiva, de "gendarme", que não havia ainda superado a mera fase corporativa, que não se havia desenvolvido em sintonia com a maturação das forças sociopolíticas emergentes na história. Assim, esta incapacidade de renovar-se e entender a realidade histórica concreta, disfarçada de liberdade e de neutralidade, abria o caminho para a fragmentação social e para o vazio político. A separação entre sociedade política e sociedade civil, de sinal de liberdade, acabava por transformar-se em condição propícia à formação de ideologias totalitárias prontas a intervir, principalmente nos momentos de crise e de desorientação geral.

Para evitar os perigos do "economicismo" e do "estatismo", Gramsci defende uma relação dialética de "identidade-distinção entre sociedade civil e sociedade política"(Q. 8, 1028) duas esferas distintas e relativamente autônomas mas inseparáveis na prática. De fato, a primeira, composta de organismos privados e voluntários, indica a "direção", enquanto a segunda, estruturada sobre aparelhos públicos, se caracteriza mais pelo exercício do "domínio". O Estado moderno não pode mais ser entendido como um sistema burocrático-coercitivo. As suas dimensões não podem limitar-se aos instrumentos exteriores de governo, mas abarcam também a multiplicidade dos organismos da sociedade civil em que se manifesta a livre iniciativa dos cidadãos, seus interesses, suas organizações, sua cultura e valores, e onde, praticamente, se estabelecem as bases do consenso e da hegemonia. Os sistemas modernos de políticas democráticas se medem justamente pela capacidade de desenvolver uma ampla e dinâmica sociedade civil que permita expressar plenamente as aspirações e a participação dos diferentes setores da vida coletiva. O que interessa a Gramsci, portanto, não é tanto a consistência do aparelho do Estado ou o vigor econômico de grupos privados, mas a criatividade e a articulação entre as diversas associações da sociedade civil onde os indivíduos aprendem a política do autogoverno e a gestão de valores democráticos.

Nesse sentido, o Estado, os partidos, as diversas instituições existentes são entendidos como superáveis pela sociedade "regulada", o lugar onde as massas podem encontrar as condições para se tornarem sujeitos livres e socializados. Por isso, a verdadeira função de um Estado democrático deve ser "ética", "educativa", de "impulso histórico", de "elevação intelectual e moral das massas" (Q. 10, 1302) O Estado se torna ético porque promove o crescimento da sociedade civil sem anular os espaços de liberdade desta, de modo que a sociedade civil, à medida que amadurece na responsabilidade e na socialização do poder, acaba anulando as intervenções externas e coercitivas do Estado e se transforma em "Estado sem Estado". Trata-se, na verdade, de uma "pura utopia", como o próprio Gramsci reconhece, mas "fundamentada sobre o pressuposto de que todos os homens são igualmente livres e, portanto, igualmente racionais e morais, que dizer, passíveis de aceitar a lei espontaneamente, livremente, e não por coerção, como imposta por uma classe, como coisa exterior à consciência" (Q. 6, 764).

A novidade da noção de sociedade civil esboçada por Gramsci consiste no fato de que não foi pensada em função do Estado, em direção ao qual tudo deve ser orientado, como queria Hegel. Nem se reduz ao mundo exclusivo das relações econômicas burguesas, como queriam algumas interpretações das teorias de Marx. Para Gramsci, a sociedade civil é, antes de tudo, o extenso e complexo espaço público não-estatal onde se estabelecem as iniciativas dos sujeitos modernos que, com sua cultura, com seus valores ético-políticos e suas dinâmicas associativas, chegam a formar as variáveis das identidades coletivas. É lutar, portanto, de grande importância política onde as classes subalternas são chamadas a desenvolver as suas convicções e a lutar para um novo projeto hegemônico que poderá levar à gestão democrática e popular do poder.

Sem diminuir o peso das estruturas e da base econômica, Gramsci estabelece uma dialética entre sociedade civil e sociedade política e traça uma justa relação entre as condições objetivas da realidade e a vontade de organização de sujeitos ativos capazes de construir o "bloco histórico". Nessa relação, no entanto, o que deve emergir é sempre a promoção sociopolítica das massas, o desenvolvimento dos valores da liberdade, da responsabilidade e da capacidade dirigente das classes trabalhadoras.

Gramsci não se afasta do marxismo, mas se isenta das interpretações usuais pela insistência na construção de sujeitos historicamente ativos e organizados que procuram conquistar a hegemonia com os métodos da democracia, subtraindo a progressivamente da esfera de influência da burguesia. Por isso, mais do que evidenciar as aberrações do capitalismo, Gramsci confere uma ênfase particular à criatividade e à capacidade de iniciativas que devem desenvolver a desvinculação das classes subalternas. Estas, mais do que preocupar-se em resistir à pressão, são chamadas a buscar formas para sair da submissão e inventar os termos de uma nova sociedade.

Ao destacar a importância da liberdade, das organizações e do envolvimento ativo das massas, Gramsci resgata, assim, toda a força educativa e mobilizadora do marxismo. Entende-se, assim, por que denuncia "o objetivismo materialista" que, atribuindo um primado automático e absoluto às estruturas materiais, cria um fundamento pseudoteórico às concepções dogmáticas da revolução e justifica posições evolucionistas e mecanicistas: "O erro do materialismo histórico - afirmava Gramsci - reside no fato de considerar todo ato político, imediatamente, como determinado pela estrutura, ou seja, como reflexo de uma real e permanente... modificação da estrutura" (Q. 7, 872).

A insistência no visado da estrutura e a "objetividade" das realidades, para Gramsci, acabava por abrir o caminho a visões metafísicas e a posições políticas estáveis. Nos anos que se seguiram à I Guerra Mundial, de fato, o obstáculo maior que impediu o sucesso da revolução em um período de profunda crise socioeconômica do capitalismo veio exatamente da crença nas transformações automáticas das estruturas e da insuficiência dos elementos subjetivos. Gramsci não esquecerá jamais que os movimentos e a insubordinação da sociedade civil não podem ser equívocos da iniciativa política. A incapacidade de organização e de determinação levou os socialistas a aceitar passivamente a realidade histórica imposta pela iniciativa capitalista e a assistir como espectadores impotentes aos eventos que se precipitavam.(8)

Desde os escritos juvenis, Gramsci havia denunciado a "esterilização" do pensamento de Marx operada pelos socialistas positivistas. Ao combater as posições "deterministas" e "transformistas", alertava contra o perigo de transformar as idéias revolucionárias de Marx em inércia do proletariado e de reduzir seu pensamento a esferas exterior, a lei natural que deve realizar-se fatalmente, "essencialmente da vontade dos homens, das suas atividades associativas, das forças sociais que independentemente desenvolvem, tornando-se assim determinantes para o progresso, motivo necessário de novas forças de produção".(9) Contrariamente ao que se pensava, a concepção objetivo-mecanicista havia suscitado uma mentalidade de submissão e de fatalismo, uma ideologia de "resistência passiva" à hegemonia da classe dominante. Na realidade, quando as classes subalternas pensam em seguir as "leis da história", se submetem, de fato, à história feita pelos outros.

Gramsci não cansa de repetir que as concepções que sustentam a iniciativa e o desenvolvimento da subjetividade são próprias de um grupo social que se propõe ser sujeito e protagonista da história. A subjetividade, de fato, é a típica maneira de ser das classes dirigidas, de quem exercita uma relação ativa com a realidade. Não se podia, portanto, pensar na emancipação dos trabalhadores enquanto se mantinha a submissão às regras e aos princípios da classe dominante. Para desenvolver no operário a "psicologia do produtor" e colocar a nova classe fundamental em condição de dirigir o processo histórico, era necessário desenvolver posições antitéticas à ordem existente. Mas a ruptura, a "cisão" não era suficiente. Havia, principalmente, necessidade de elaborar e de concretizar um projeto de sociedade superior ao da classe dominante.

Deve ser entendida nesse sentido a insistência de Gramsci na centralidade do conceito de história como processo, na valorização da responsabilidade dos sujeitos e na participação decisiva atribuída às organizações das classes subalternas. Na dinâmica da sociedade, de fato, interagem "forças materiais" e "movimentos políticos" que formam um inseparável "bloco histórico". Entre "estrutura" e "superestrutura" deve existir, portanto, uma relação de reciprocidade que torna possível a combinação de um amplo projeto político com planos econômicos criativos e seculares.

A própria estrutura, "conjunto de relações materiais de produção" (Q. 4,444),é, para Gramsci, uma "realidade em movimento", é "história cristalizada", "condensação objetiva da práxis"(Q.7,854) que não deve ser confundida com a mera atividade física ou metafísica. Assim, se as condições objetivas "determinam" a ação política e as atividades das pessoas, elas o fazem apenas em negativo, pelo fato de que definem o campo de ação, os horizontes em que os sujeitos são delimitados, sem que com isso venha a se impedir à sua liberdade de iniciativa, as suas liberdades efetivas e a sua verdadeira autonomia.

Assim, o ponto central das reflexões de Gramsci se prende à formação de novos sujeitos sociais que visam à construção de um projeto de so-Sociedade aberto à participação de todos os trabalhadores. Nesse sentido, a consciência e a subjetividade representam uma dimensão fundamental na ação política, uma vez que, se é verdade que não é a consciência que determina o ser social, é também verdade que só por meio da consciência o homem pode apropriar-se das funções da sociedade e ter condição de realizá-las, lutando contra as pressões externas que condicionam o seu comportamento e neutralizam as suas aspirações.

3. As raízes da democracia na sociedade civil

Foi já observado que o desenvolvimento dos elementos da subjetividade é a contribuição mais significativa de Gramsci ao marxismo contemporâneo, no âmbito do qual opera uma verdadeira refundação da filosofia.(10) Na base dessa afirmação estão inúmeras referências encontradas em todos os seus escritos a respeito do primado da subjetividade na atividade política. Juntamente com a concepção histórica e imanente da sua filosofia, é preciso levar em consideração a importância que Gramsci atribui aos elementos da liberdade e da vontade, a insistência sobre a "reforma intelectual e moral", a importância da escola e da cultura, a formação da consciência e a participação ativa das classes subalternas nas novas organizações sociais, a função positiva das ideologias, a construção de uma nova concepção de mundo superior à da classe dominante burguesa e, acima de tudo, a procura dos fundamentos ético-políticos e do consenso na construção da hegemonia.

Gramsci funda a noção de subjetividade na "filosofia da práxis", uma concepção segundo a qual os homens são sujeitos reais da história, e não instrumentos passivos de determinações materiais ou espirituais. A "filosofia da práxis", de fato, se enraíza, ao mesmo tempo, no imanentismo e na "consciência subjetiva da realidade, pelo fato de que a inverte, explicando-a como fato histórico, como 'subjetividade histórica de um grupo social', como fato real que se apresenta como fenômeno de 'especulação' filosófica, mas na realidade é, simplesmente um ato prático, a forma de um conteúdo social concreto e o modo de conduzir o conjunto da sociedade a conseguir uma unidade moral".(Q. 10, 1226) O homem, para Gramsci, é indispensável fora da história das relações sociais e das transformações operadas pelo trabalho organizado socialmente. A originalidade da filosofia da práxis consiste, exatamente, no fato de ser uma teoria que leva diante as dimensões da subjetividade da cultura moderna sem fazer concessões às tendências idealistas ou mecanicistas, uma vez que se ocupa das transformações da realidade por meio de uma consciência nunca separada dos condicionamentos sociais e dos conflitos de classe.

A dimensão subjetiva e o momento ético-tâmico, para Gramsci, não são o resultado de um efeito mecânico proveniente de estruturas objetivas nem se identificam com alguma idéia predeterminada que dirige a história misteriosamente, mas são a expressão mais elevada do projeto hegemônico de sociedade que as classes subalternas são capazes de construir quando se constituem como sujeitos conscientes e ativos. Nesse difícil e complexo processo de subjetivação, as novas forças sociais, antes agrupadas em sistemas econômico-corporativos, assumem progressivamente atitudes em contraposição à ideologia dominante até amadurecer uma visão independente e superior de mundo, para a qual convergem os diferentes grupos que lutam pelos mesmos horizontes sociais e políticos.

Como se sabe, Gramsci chama este processo de "catarse", ou seja, "a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, quer dizer, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens... A estrutura, de força exterior que esmaga o homem, anulando-o, tornando-o passivo, transforma-se em possibilidade de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em realidade de novas iniciativas" (Q. 10, 1244). A "catarse", como processo de transformação efetiva do regime individual e social, não apenas impede que a filosofia se torne dogmática e especulativa, mas é o modo pelo qual, nessa passagem da estrutura à superestrutura, da necessidade à liberdade, o indivíduo se transforma em ser socialmente relacionado, capaz de construir o sentido unitário da sociedade e de formar o "bloco histórico" que permite integrar dialeticamente as forças da atividade econômica com as expressões culturais e a participação política das massas excluídas.

No seu conjunto, o pensamento de Gramsci está voltado para municiar as organizações das classes subalternas que lutam para conquistar a sua liberdade e a sua hegemonia. Nesse sentido, vai além da noção de "sociedade civil" que, na história moderna, passou a significar mais exatamente o espaço próprio da burguesia, a constituição de relações que, além da esfera do Estado, vieram se formando em torno do mercado e da livre iniciativa, assim como das normas que se criaram para regular a propriedade privada na complexa dinâmica das novas sociedades.

Embora as origens do conceito de sociedade civil estejam relacionados com a tradição política burguesa e liberal, Gramsci elabora um novo significado que o diferencia da tradição jusnaturalista e do subjuz além dos horizontes desenhados por Hegel, Croce e o próprio Marx. Âmbito exclusivo da subjetividade e de suas múltiplas expressões, a sociedade civil não é apenas o território particular da burguesia, reservado para as suas iniciativas econômicas e a estruturação da sua hegemonia no mundo moderno. Gramsci percebe que esse espaço pode, também, transformar-se em uma arena privilegiada onde as classes subalternas organizam as suas associações, articulam as suas alianças, confrontam os seus projetos ético-políticos e disputam o predomínio hegemônico. A sua adesão, portanto, não só deu origem ao capitalismo e à autonomia da pessoa, mas também abriu a estrada à emancipação dos masses e lançou as bases da democracia social. E, se é verdade que no Ocidente as estruturas da sociedade civil se desenvolveram simultaneamente às estruturas do mercado capitalista e às formas particulares de industrialismo, seria um "erro deduzir disso a existência de uma única lógica social que veja sociedade civil, capitalismo e industrialismo indistintamente associados(11).

O organicismo, como democracia liberal, pode, atuando no mesmo Terreno da sociedade civil que deu origem a formas de vida burguesa, superar a lógica do capital e criar uma nova lógica industrial a partir dos princípios de participação ativa das classes trabalhadoras e da socialização do poder. Nesse sentido, entende-se por que Gramsci, utilizando uma diferente tradição de pensamento, alarga e supera com originalidade o conceito de sociedade civil e a própria concepção de mundo das teorias liberais.

Na realidade, pode-se dizer que com o conceito de sociedade civil acontece o que Norberto Bobbio argumentadamente observa em relação à transformação da categoria "Estado ético", utilizada por Gramsci, que "se serve de uma expressão dos seus adversários, de uma expressão não-marxista para designar um conceito típico da filosofia política marxista, e de faz, invertendo literalmente o sentido, ou seja, interpretando-o não como forma sublimada de o Estado, mas como negação e fim do Estado(12).

Quando se observa o processo de assimilação e de superação do conceito de "sociedade civil" nos textos de Gramsci, percebe-se o mesmo mecanismo de transformação. Em parte, o conceito conserva os valores típicos da modernidade: a historicidade, a laicidade, o espírito de iniciativa, a consciência crítica, a subjetividade, a dinâmica e a liberdade das relações sociais. Mas Gramsci não se limita a essas características. Contrariamente a esse conceito prevalentemente no mundo liberal-burguês, que parte do indivíduo como realidade completa em si mesma e dos próprios interesses como finalidade última de todas as coisas, Gramsci parte das necessidades concretas das classes subalternas, de experiências como as dos "conselhos de fábrica" de Turim, onde os indivíduos chegam a se organizar socialmente e a conquistar espaços hegemônicos para o seu projeto de sociedade.

Naquela experiência, marcante para o resto de sua vida, ficou provado que um movimento de fábrica tende a transformar em "subjetivo" o que é posto "objetivamente", que de um sistema de fábrica pode surgir uma "vontade coletiva" capaz de operar uma relativização do modo capitalista de produção e introduzir uma "ruptura" radical entre capitalismo e industrialismo: "o novo pode dissolver-se; a exigência técnica pode ser pensada concretamente e separada dos interesses da classe dominante; não só, mas ainda os interesses da classe ainda subalterna. Que uma tal ruptura e uma síntese seja historicamente madura está demonstrado peremptoriamente pelo próprio fato de que um tal processo é apropriado pela classe subalterna, que por isso mesmo não é mais subalterna, ou seja, demonstrar querer sair da sua condição subordinada (Q. 9, 1138).

Na visão do liberalismo, a sociedade civil é o espaço do indivíduo separado da esfera do Estado, estrutura exterior e opressora mas inevitavelmente necessária para moderar os "excessos" dos interesses privados. Assim, o ponto de partida e de chegada é sempre a liberdade e o benefício do indivíduo. Em Gramsci, ao contrário, a sociedade civil é o terreno onde indivíduos "privados" de sua dignidade e pulverizados em suas vidas podem encontrar condições para construir uma subjetividade social, podem chegar a ser sujeitos livres e criativamente organizados, se propõem desenvolver juntamente com as potencialidades individuais as suas dimensões públicas e coletivas. O processo, nesse sentido, vai do ser privado ao ser social. O indivíduo, aqui, sem deixar de ser centro autônomo de decisões, consciência livre e ativa, nunca é entendido como ser isolado e "móndaa" auto-suficiente em si mesma, mas é sempre visto dentro de uma concreta trama social, como um sujeito interativo com outros sujeitos igualmente livres, com os Quais se defronta e constrói consensualmente a vida em sociedade. Nesse sentido, a concepção de liberdade, para Gramsci, adquire uma conotação positiva, de expansão social, não de diminuição e de limitação: a liberdade individual não termina onde começa a dos outros, mas se desenvolve ainda mais quando se encontra com a dos outros.

Ao defender a condição de sujeitos livres e ativos estendida às massas populares, Gramsci reinterpretar o conceito de homem como ser social e como cidadão de uma sociedade tão "civil" que chega ao ponto de não precisar do Estado como uma instância exterior, uma vez que a liberdade toma o lugar da necessidade, e o autogoverno o lugar do comando.

O Estado, em Gramsci, se torna supérfluo não porque o privado não admita interferências na sua esfera, mas porque nas massas se desenvolve a responsabilidade pelo público e o coletivo. Ao "absorver" a sociedade política, a nova sociedade civil - que surge das organizações populares e valoriza a sua criatividade - torna-se um organismo público - cria um novo Estado capaz de orientar a economia e as potencialidades sociais na direção do interesse geral. Gramsci não postula uma sociedade sem Estado(13), mas uma nova sociedade que cria um novo tipo de Estado. E, da mesma forma que vê uma relação dialética - "difícil de entender para mentalidades esquemáticas e abstratas" - entre o desenvolvimento da subjetividade crítica e a formação do homem-coletivo, também afirma que "é difícil compreender como pela destruição da realidade estatal se possa chegar a criar uma outra mais forte e complexa" (Q. 9, 1111) Na realidade - e aqui a posição de Gramsci chega a ser ainda mais original -, o primado do público não significa estabelecer um aparelho que regule coercitivamente a atividade dos indivíduos e dos grupos. O interesse social e as organizações públicas, que existem ser criadas continuamente, não sufocam as liberdades individuais. Para Gramsci, de fato, não deve "um todo antes das partes", como na filosofia aristotélica reativada por Hegel. Nem existe uma idéia de totalidade, cujo fim - superior à soma das partes - absorve a sociedade civil no Estado. Ao afastar-se da concepção liberal, Gramsci não abraça as teorias totalitárias do Estado nem adere a visões comunistas ou populistas(14). A totalidade e a organicidade que Gramsci defende é a que surge (e precisa sempre ser recriada!) das relações livres e conscientes de sujeitos sociais que, nas direções e nos conflitos, trabalham a construir um consenso ativo e uma hegemonia cuja estabilidade depende constantemente da avaliação e da aprovação da sociedade.

Contrariamente ao que se pensa, portanto, Gramsci não é o teórico do Estado, mas o intelectual-militante das classes trabalhadoras em movimento na sociedade civil e em busca de uma cidadania construída na participação e na responsabilidade. Gramsci não trabalha para erguer um Estado que distribua benefícios e proteções, mas para elevar intelectual e moralmente camadas cada vez mais amplas da população, ou seja, "para dar personalidade ao amorfo elemento de massa"(Q. 11, 1420-30). A sua verdadeira preocupação é chegar a realizar nos indivíduos o salto revolucionário da condição de excluídos e de assalariados à de cidadãos, que tomam parte não apenas do processo de produção mas também da direção política e cultural: "O valor mais importante não é o de camponês se torne agrônomo ou que o pedreiro se torne mestre, mas que o cidadão chegue a ser governante".

Contemporâneos, e, portanto, de Gramsci, os teóricos da Escola de Frankfurt também dedicaram grande parte dos seus esforços a análises brilhantes do processo de massificação no qual havia desaguado o contraditório projeto do Iluminismo. Em suas críticas, juntamente com os avanços da liberdade e da ciência que visavam reduzir as desigualdades entre os homens, destacavam o surgimento de sofisticados mecanismos de controle que haviam acabado por concentrar-se nas mãos de um poder que degenerara na ditadura da razão e na dissolução da sociedade. Diante das barbáries da II Guerra Mundial e da massificante expansão da indústria cultural, tiravam suas conclusões sobre a falência da "razão instrumental", que, de promessa de libertação e de felicidade universal, havia se convertido em instrumento de dominação e de morte.(15)

No pós-guerra, também Hannah Arendt sondava, como poucos, "as origens do totalitarismo" e suas nefastas repercussões sobre a história ocidental. Para superar a triste experiência da massificação de indivíduos atomizados e desorientados, presa falta de políticos alucinados, H. Arendt defende a separação da esfera privada da pública, valoriza os recursos do sujeito e resgata o espaço público como "transparência" dos indivíduos e esplendor da política, à semelhança do modelo político da classicidade greco-romana.(16)

Mesmo diante de reflexões tão argumentadas, Gramsci não chega a ser ofuscado no seu modo peculiar de abordar a questão das massas. Para o pensador sardo, de fato, as virtudes republicanas dos antigos, por mais que siryam de inspiração, não são suficientes para resolver os problemas apresentados pela modernidade. Nem o resgate da personalidade individual conseguirá desenvolver todas as dimensões da "condição humana" de complexa trama das relações sociais contemporâneas. Ainda que seja necessário estabelecer canais de "comunicação" e fundar um espaço público, a transformação das condições de vida de todos os possíveis interlocutores não está assegurada completamente por este processo. A vida em sociedade, para Gramsci, não se limita ao nobre exercício do "logos" ou à demonstração de "façanhas" pessoais em busca da imortalidade, mas comporta principalmente uma práxis política consciente e coletiva que visa a transformar a realidade, combate os privilégios e promove o protagonismo das massas espoliadas e excluídas. Sem ficar prisioneiro do "pessimismo" e da impotência diante dos sistemas "onipotentes" de dominação Gramsci confia no "otimismo da vontade" e na capacidade de iniciativa e de organização que surgem das classes dos trabalhadores na dinâmica da história. O exercício da crítica, por mais que necessário, não é suficiente para formar o novo ser social capaz de vencer as manipulações do poder e chegar ao auto-governo. Torna-se fundamental, no complexo processo de globalização em curso, a determinação e a intervenção ativa das massas preparadas e articuladas.

Frete às imensas possibilidades associativas que vê despontar na sociedade contemporânea, Gramsci lança um olhar otimista sobre as inimagináveis transformações que podem realizar-se em uma história que nunca se abriu tanto às dimensões globais da socialização: "Porque o indivíduo pode associar-se com todos os que querem a mesma mudança e, se esta mudança é racional, o indivíduo pode multiplicar-se por um número incalculável de vezes e obter uma mudança muito mais radical do que a que parecia possível à primeira vista. Sociedades das quais o indivíduo pode participar: são muito numerosas, mais do que se pode imaginar. É por meio destas 'sociedades' que o indivíduo faz parte do gênero humano (Q. 10,1346).

Os horizontes políticos traçados por Gramsci se abrem, assim, às dimensões universais, não apenas porque entende a história da humanidade como um todo intercambiante, mas principalmente porque reconzuda à própria sociedade, às forças vivas nela operantes, a responsabilidade direta da política e a sua capacidade de definir-se livremente.

As novas perspectivas que Gramsci confere à dinâmica da sociedade civil revolucionam, portanto, não apenas a concepção tradicional de política e de Estado, mas destituem de fundamento qualquer visão centralizadora de poder e dissolvem toda pretensão de construir a hegemonia pelo alto, valendo-se da força, do peso econômico ou das manipulações demagógicas.

Ao apostar no potencial mobilizador da sociedade civil, Gramsci desloca o eixo principal da ação política do âmbito das instituições burocrático-administrativas para o terreno criativo das diversas organizações sociais dos setores populares e rompe o horizonte que se quer apresentar como "fim da história".

Texto apresentado no Congresso Internacional: "Antonio Gramsci: da um secolo all'altro", organizado pela International Gramsci Society, no Istituto Italiano per gli Studi Filosofici, Nápoles, 16-18 out. 1997.